



Estado do Pará

Câmara Municipal de Belém

ATA DA SEPTUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA  
DO SEGUNDO PERÍODO DA TERCEIRA SESSÃO  
LEGISLATIVA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA.

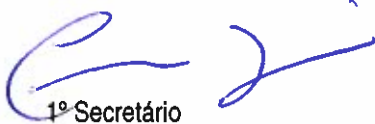
No primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às nove horas, reuniu-se a Câmara Municipal de Belém sob a presidência do vereador Mauro Freitas. Este solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Em seguida, declarou aberta a sessão. Iniciado o Horário do Expediente, pronunciaram-se os vereadores inscritos. Rildo Pessoa tratou das agressões às crianças em nosso país. Informou que, em 2019, a cada quinze minutos uma criança é violentada no Brasil e a maioria dessas agressões ocorre em casa. Os agressores são geralmente pessoas da família e não apresentam indícios de pedofilia – apenas vinte por cento dos autores dessas agressões possuem histórico de violência contra crianças. Referiu que a eleição para os conselhos tutelares dos oito distritos de nossa capital ocorreria no domingo seguinte, 06/10/2019, e a sociedade belenense ignorava isso. Pediu que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Belém – Comdac fizesse uma divulgação melhor do evento, das escolas pólo onde haverá votação. Considerando ser grave a situação, ajuizou que o fortalecimento dos conselhos tutelares, com a eleição de pessoas alinhadas com o combate à violência contra as crianças, seria uma forma de revertê-la. Solicitou depois a ação do Telessaúde em Belém. Explicou ser esta uma plataforma do Ministério da Saúde que possibilita aos profissionais da área acesso à informação em 19 especialidades médicas. Reportou já ter conversado com o secretário de saúde de Belém para que este sistema seja implementado, sem ônus, nas unidades municipais, sendo necessário para isso um convênio entre o Ministério da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de Belém – Sesma. Pablo Farah relatou ter participado da audiência pública - promovida pela administração municipal no dia anterior - que discutiu com a sociedade civil a concorrência pública para a concessão do Sistema de Transporte Coletivo de Belém. Expressou que divulgará o *e-mail* de consulta pública para apresentação de sugestões, ideias e ponderações por parte da população. Inteirou que, segundo foi decidido, em meados de janeiro vindouro já haverá a concessão do empenho e assinatura para que sejam estabelecidas novas linhas, novos trechos, otimização, com maior eficiência do transporte urbano e público. Avaliou que este é hoje deficitário, com longas esperas dos usuários. Expressou que esta Casa cumpriu com seu papel aprovando o projeto que estabeleceu a licitação para a prestação do serviço de transporte público em nossa cidade, com prazo contratual de seis anos, podendo ser prorrogado por mais seis anos. Alertou que cabe agora a toda sociedade belenense participar da implantação do novo sistema, manifestando-se através do *e-mail* destinado à consulta pública que divulgará em suas redes sociais. Discorreu depois que a exigência de um médico e uma ambulância em qualquer partida de futebol válida por campeonatos amadores ou pela Segundinha (Campeonato Paraense da Segunda Divisão) inviabilizará a realização destes torneios se os custos para isso tiverem que ser bancados pelos clubes. Observou que as agremiações já têm muita dificuldade em manter suas equipes e não conseguirão arcar com essas despesas adicionais. Considerou que tais custos devem ser assumidos pela Federação Paraense de Futebol – FPF e que o Ministério Público do Pará - MPPA e a Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, que exigiram a presença do médico e da ambulância nos eventos, devem exigir também que a FPF assumira os encargos. Advertiu que, em caso contrário, os campeonatos amadores de futebol e a Segundinha faliarão. Lembrou haver antigamente em nossa cidade inúmeros campos de várzea onde o futebol amador era praticado, mas estes foram perdidos para a especulação imobiliária, resistindo ainda o da Sacramenta, onde ocorre o campeonato do São Joaquim. Estimou que, se a FPF não assumir as despesas com médico e ambulância nos jogos, haverá grande prejuízo para o futebol paraense, para os campeonatos de bairro, para os campeonatos federados. Pediu apoio aos demais parlamentares para esta causa, frisando que, ao investirmos no esporte, investimos também em cidadania. Toré Lima disse ter causado grande espanto a revelação feita pelo ex-procurador-geral da República Rodrigo Janot (constantes em seu livro *"Nada menos que tudo"*, lançado na internet na semana anterior) de que tencionara

matar a tiros de pistola o ministro do Supremo Tribunal Federal - STF, Gilmar Mendes, e depois cometer suicídio. Expressou que no dia anterior houve outro grande espanto, publicado nos jornais deste dia: a grande farsa que foi o processo contra a ex-presidente Dilma Roussef e a grande farsa que foi o processo que levou à prisão e condenação de Lula. Explicou que estas informações constam também no livro de Rodrigo Janot: contra Lula houve depoimentos falsos, um pré-julgamento arquitetado, uma grande novela com tudo armado. Janot, continuou, conta no livro quem estava nas reuniões e quem as presidia – Sérgio Moro e os procuradores, paladinos da verdade, foram os responsáveis pela farsa. Esclareceu não estar discutindo a culpa ou inocência de Lula, mas sabe que outros homens públicos podem também ser vítimas, no futuro, de uma grande armação ao contrariarem os interesses de segmentos ou setores poderosos. Julgou ser um grande absurdo a Justiça do país – o atual ministro da Justiça, Sérgio Moro, o procurador-geral, os procuradores da Lava Jato – armarem um processo para condenação de Lula. Reportou-se depois à audiência pública, ocorrida no dia anterior, que discutiu a licitação para o transporte público em nosso município. Criticou a postura do promotor de justiça Raimundo Morais que acusou a CMB de ter conluio com empresários do setor de transporte por aprovar um projeto determinando um período de seis anos para a prestação do serviço, renovável por mais seis, pois defendia um período de vinte anos para a vigência do contrato. Contou ter havido reação imediata dos parlamentares desta Casa presentes – além de si mesmo, Zeca Pirão e Fabrício Gama. Soube posteriormente, pois teve que ausentar-se do restante da audiência, que ainda assim o promotor manteve sua opinião, dizendo que esta Casa favoreceu empresários. Acusou o Ministério Público do Estado do Pará - MPPA de somente aparecer quando há divulgação pelas redes de televisão, questionando onde estava tal instituição quando o projeto estava sendo discutido e votado neste parlamento. Recordou que o projeto passou mais de três meses nas comissões deste Poder, foi amplamente divulgado pela imprensa, os vereadores passaram mais de uma semana discutindo-o. Entretanto, ressaltou, o MPPA não mandou sequer uma alternativa, uma sugestão a este parlamento, não veio sequer uma vez a esta Casa conhecer o projeto. Apesar disso, reconheceu, trata-se do Ministério Público, em tese o defensor dos direitos da sociedade. Arrazou não ser aceitável o MPPA acusar vereadores, como também não é aceitável o Ministério Público Federal armar a condenação de alguém, seja de Lula ou de quem for. Externou ter trazido este tema à discussão porque tanto o jornal Diário do Pará quanto o jornal O Liberal deste dia trazem as revelações do livro de Rodrigo Janot. Asseverou ser necessário posicionar-se contra o que está errado, independentemente de quem seja, do grupo político a que pertença. Findo este pronunciamento, o vereador Dr. Elenilson assumiu a presidência da sessão e o vereador Mauro Freitas subiu à tribuna. Este relatou ter estado em Brasília, na semana anterior, onde recebeu da Associação Brasileira de Câmaras Municipais – Abracam o prêmio Câmara Gestão Eficiente. Informou ser esta a primeira edição do prêmio: ao completar 20 anos de existência a Abracam fez um grande encontro com os vereadores do Brasil, com mais de 115 participantes, decidindo premiar o parlamento municipal que mais se destacasse. Afirmou então que, graças ao trabalho de todos os vereadores, obteve êxito nesta premiação. Agradeceu a seus pares, pontuando que o trabalho aqui desenvolvido ecoa no Brasil. Disse sentir-se honrado e feliz pela oportunidade que Deus lhe concedeu de passar um período como presidente deste Poder e conviver com os demais parlamentares. Ponderou que a CMB é criticada, mas também é elogiada, não sendo elogiada por qualquer um: é elogiada no Distrito Federal por uma associação de responsabilidade que representa as casas legislativas do país. Saliu então que esse prêmio é de todos os membros deste Poder. Atestou esforçar-se muito para fazer jus à presidência da CMB, à responsabilidade que ela traz, para que esta Casa seja respeitada. Externou que somente os vereadores sabem o quão difícil é a sociedade entender todo o trabalho aqui desenvolvido. Comentou ser um exemplo disso o fato ocorrido na audiência pública realizada no dia anterior. Expôs que esta audiência – a terceira e última a ser realizada – foi feita somente para discutir a licitação do transporte público em Belém, sendo possível devido ao trabalho deste parlamento, que aprovou o projeto estabelecendo o processo licitatório. Esta Casa, acrescentou, também criou e liberou o transporte complementar, liberou o transporte por mototaxistas e criou o sistema cicloviário, além de outros projetos importantes de mobilidade urbana. Mencionou que uma matéria do jornal O Liberal deste dia mostra a insatisfação da população com o sistema de transporte público. Declarou que os vereadores atuais não são os responsáveis por essa insatisfação, os responsáveis são os vereadores de legislaturas anteriores e as gestões municipais passadas que não estabeleceram a licitação do sistema de transporte público em Belém. Estabeleceu que, se em um futuro próximo houver transporte público de qualidade em nossa capital, isso se deverá ao esforço dos parlamentares da legislatura atual. Findo o Horário do Expediente, iniciou-se o Horário de Liderança. Pela liderança do bloco PMN – Solidariedade – Patriota – PR, Zeca Pirão disse que os demais vereadores deveriam estar presentes na audiência pública do dia anterior para testemunhar a audácia do promotor de justiça do MPPA, senhor Raimundo Morais, ao acusar os parlamentares da CMB de favorecer os empresários do transporte público. Revelou ter ficado revoltado com essa atitude e ido publicamente tomar

satisfações com o promotor. Pediu, juntamente com os vereadores Toré Lima e Fabrício Gama, que ele viesse até esta Casa explicar qual a vantagem que os parlamentares estão levando com essa licitação. Relatou ter ficado até o final da audiência para abordá-lo. Disse-lhe então considerar desonestos a maioria dos empresários de ônibus e que o promotor não obteria o que desejava na CMB – beneficiar os empresários com um período contratual de 20 anos. Ajuizou ser necessário que a Mesa Diretora tomasse alguma providência quanto a este caso, convocando este promotor a aqui comparecer. Lucubrou depois ser muito triste ver o fundo partidário dobrar de valor, passando para 3,7 bilhões de reais, enquanto faltam leitos nos hospitais públicos, faltam mais remédios, médicos e enfermeiros, falta transporte digno e escola digna. Considerou que isso está fora da realidade, dinheiro sendo desviado para partidos políticos, sendo jogado fora em uma eleição. Defendeu que, pelo menos, se criassem centros de diagnóstico em vários lugares do Brasil para que as pessoas pudessem fazer exames gratuitamente. Pela liderança do Republicanos, Toré Lima voltou a falar sobre o que fora tratado na audiência pública do dia anterior - a licitação do transporte público de Belém. Destacou a coragem deste parlamento ao aprovar a autorização para a licitação e a coragem também do prefeito em levar adiante, pela primeira vez, o processo licitatório. Salientou serem mais de cinquenta anos sem licitação deste serviço em nossa cidade, mas Zenaldo teve pulso para romper qualquer tipo de tradição em sua concessão e autorização. Cogitou que talvez aí esteja o motivo para a raiva do promotor Raimundo Moraes, pois esta legislatura assumiu uma responsabilidade que deveria ter sido assumida anteriormente pelo MPPA e por outros prefeitos. Observando haver um prazo de trinta dias, contados a partir do dia anterior, para a apresentação de propostas e sugestões ao processo licitatório através da internet, sugeriu ao presidente Mauro Freitas que a Comissão de Transportes e Sistema Viário desta Casa se reunisse com os vereadores interessados para elaborar contribuições. Lembrou que os parlamentares deste Poder foram atacados, acusados de serem contrários à implantação de aparelhos de ar condicionado nos ônibus de Belém. Contou ter dito publicamente, na audiência do dia anterior, que votaria novamente contra tal projeto se fosse apresentado da forma como o fora anteriormente. Repercutiu dados informados naquela audiência: há cerca de 1350 ônibus urbanos trafegando em Belém, transportando em torno de 700 mil usuários por dia, operando em 127 linhas. Esclareceu que, segundo o projeto aprovado neste parlamento, haverá 10% do total de coletivos com ar condicionado no primeiro ano, mais 10% no segundo ano de vigência da concessão e 5% adicionais em cada ano seguinte. Propôs que, ao invés disso, a cada ano se incrementa a climatização em 10% do total para que, findo o período da concessão e de sua renovação, perfazendo os doze anos, todos os ônibus urbanos de Belém tenham ar condicionado. Adiantou esta proposta dizendo que aguardará a atuação da Comissão de Transportes e Sistema Viário, a quem compete a iniciativa, para reunir os vereadores desta Casa e, assim, discutir e compilar as sugestões deste parlamento. Assinalou que será um grande avanço para nossa cidade, pois os ônibus do BRT têm ar condicionado, será implantado ar condicionado nos ônibus das linhas alimentadoras do sistema e isso também pode ser estendido às vans que fazem o transporte de pessoas, além dos carros de transporte por aplicativo. Ratificou o que dissera anteriormente o vereador Zeca Pirão: a Mesa Diretora deve convocar o promotor de justiça Raimundo Moraes a comparecer neste plenário e expor em que se baseiam suas acusações aos membros deste Poder. Pela liderança do bloco DC – Avante – Podemos, Mauro Freitas atestou haver quinze vereadores da CMB presentes na audiência pública do dia anterior. Repetiu que esta somente foi possível devido à atuação deste parlamento. Notificou que vários projetos estabelecendo a licitação para o transporte público em Belém, criando o sistema cicloviário, criando o sistema complementar de transporte chegaram a esta Casa e nunca foram aprovados. Atestou que apenas nesta legislatura abriu-se a possibilidade de nossa capital ter um transporte de qualidade. Reiterou que se o transporte público em nossa cidade é de má qualidade, a responsabilidade por isso cabe a legislaturas e gestões municipais anteriores. Assim, devido ao trabalho desenvolvido por esta legislatura, tem-se, embora tardiamente, a possibilidade de melhoria do transporte público de Belém. Declarou que, como presidente deste Poder Legislativo, teve a honra de colocar o projeto estabelecendo a licitação do transporte público em pauta e este foi aprovado. Deste modo, continuou, no dia anterior, ocorreu a terceira e última audiência pública, com a presença do MPPA, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, da sociedade civil organizada e a CMB cumpriu mais uma vez o seu papel de órgão fiscalizador. Ressaltou que não desejam o carinho de ninguém, apenas reconhecimento. Estabeleceu que se o projeto anterior determinando a instalação de aparelhos de ar condicionado nos ônibus de Belém tivesse sido aprovado, a licitação do transporte público não seria possível e ter-se-ia aprovado um projeto sem pé nem cabeça. Pontificou que não seria possível colocar um aparelho de ar condicionado em um ônibus usado – ele deveria vir de fábrica com o equipamento instalado. Assim sendo, só seria exequível a climatização com a renovação da frota e isto foi permitido através da licitação. Esclareceu que a adição gradual de ônibus climatizados foi adotada para não haver aumento impactante da tarifa. Pediu novamente que houvesse reconhecimento do trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Belém em prol da população de nossa cidade.

Pela liderança do PSB, Igor Andrade apontou ser esta data o Dia Internacional do Idoso, comemorado mundialmente. Falou então sobre o projeto de lei de sua autoria, em trâmite nesta Casa, que estabelece reserva de vagas para pessoas acima de 60 anos nos concursos públicos e processos seletivos municipais de Belém. Justificou que pessoas nessa faixa etária enfrentam inúmeras dificuldades ao concorrer com pessoas de menos idade que estão apenas estudando. Salientou que as pessoas com mais de 60 anos têm geralmente experiência, responsabilidade e disposição para trabalhar, mas não conseguem uma oportunidade. Fez votos de que este projeto entrasse em pauta o mais rápido possível e fosse aprovado pelos seus pares para que se pudesse beneficiar este segmento. Sublinhou que muitas vezes essas pessoas foram demitidas ou estão aposentadas, mas ainda têm necessidade de uma complementação de renda, pois frequentemente é muito difícil manter uma família com os rendimentos da aposentadoria – há custos elevados em itens como plano de saúde, alimentação e energia elétrica. Assim sendo, opinou, tais pessoas também precisam reinserir-se no mercado de trabalho. Pediu então aos demais parlamentares que apoiem esta causa e aprove o projeto, dando assim maior oportunidade aos senhores e senhoras que precisam voltar a trabalhar. Sobrelevou que estes seguramente trabalhariam com dedicação e responsabilidade. Comparou haver pessoas mais jovens que passam em um concurso, assumem o cargo e, poucos meses depois, o entregam ao passarem em outro concurso, julgando que isto não ocorreria no caso de uma pessoa mais velha. Acrescentou que a aprovação do projeto permitirá aos cidadãos com mais de 60 anos concorrer somente com pessoas desta mesma faixa etária e, em caso de empate, a vaga caberá ao mais idoso. Pela liderança do PSDB, Nehemias Valentim abordou reportagem da revista Veja, publicada no final de 2017, intitulada “Gente incômoda”, do jornalista José Roberto Guzzo. Afirmou que Guzzo, na matéria, prega o extermínio dos evangélicos no Brasil. Julgou que o jornalista beira o racismo ao dizer que um terço dos brasileiros segue alguma denominação evangélica e são “todos da cor morena”. Repercutiu que Guzzo fala das universidades, dos cursos de teologia no Brasil e nos Estados Unidos, e lamenta que os brasileiros, ao invés de irem a uma festa ou a um baile, estejam indo para as igrejas. Classificou José Roberto Guzzo como um pobre coitado, um fracassado na vida que, não tendo mais o que dizer, difama um povo que faz verdadeiros milagres, transformando assassinos e outros criminosos em homens de bem. Os evangélicos, aditou, atuam nos presídios e levam a Palavra de Deus aos encarcerados, fazendo com que estudem a Bíblia e se transformem. Agem junto aos viciados nas crackolândias, que também mudam suas vidas e recuperam-se. Testificou que coisas inacreditáveis acontecem com a atuação do povo evangélico. Disse que Jesus esteve na Terra e depois subiu aos céus, mas deixou um povo. Muitos governantes tentaram destruir este povo, mas sempre ocorria o contrário: quanto mais matavam cristãos, mais cristãos apareciam e mais a fé daquelas pessoas aumentava. Comparou o povo evangélico a um pão: quanto mais sovado, mais cresce. Declarou haver um jeito para o Brasil – a população brasileira deve buscar a Deus para que se elimine a corrupção, os erros, as loucuras em nossa sociedade. Realçou que a polícia não consegue resolver os problemas, o sistema penal não consegue transformar ninguém, mas Deus sim, pois através do Evangelho a pessoa é transformada e resgatada para viver no bem. Pela liderança do Governo, Gleisson Oliveira tratou também da audiência pública realizada no dia anterior. Recordou que, quando foi discutido o projeto de licitação do transporte público de Belém nesta Casa, os vereadores de oposição foram os primeiros a posicionar-se contrariamente a um período de 20 anos para a concessão do serviço. Entretanto, durante a audiência pública, ficaram calados diante da polêmica deflagrada pelo promotor Raimundo Moraes. Ajuizou que este, além de ser tendencioso em relação aos vereadores, foi também muito pessimista. Avaliou que Moraes inicialmente elogiou e parabenizou o prefeito Zenaldo Coutinho pela iniciativa, mas depois considerou que tudo estava errado, tudo que fora exposto pelo técnico a respeito do projeto era incorreto. Parecia, prosseguiu, que o promotor sabia muito mais a respeito do assunto que o técnico, apesar deste ter estudado o tema por sete anos. Lamentou que muitas vezes deixasse de haver avanço em pautas importantes apenas por questões políticas. Encerrado o Horário de Liderança, o presidente Dr. Elenilson solicitou aos parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Havendo quórum, iniciou-se a Primeira Parte da Ordem do Dia. Foram então postas em votação e aprovadas por unanimidade as atas referentes às sessões ordinárias 59ª, 60ª e 66ª, sendo todas do 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 18ª Legislatura. Foi feita posteriormente a leitura da matéria constante na pauta desta parte e o vereador Pablo Farah pediu Questão de Ordem solicitando a dispensa de leitura e interstício dos projetos correspondentes, o que foi aprovado pela plenária. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando um dia de licença parlamentar, em 18/09/2019, sendo este aprovado por unanimidade. Foi feita em seguida a leitura e votação do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando três dias de licença parlamentar, no período de 24 a 26 de setembro de 2019, sendo este aprovado por unanimidade. Fez-se posteriormente a leitura do requerimento do vereador Amaury da APPD solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria intitulada “Empresas que mantêm contrato com o governo são obrigadas a contratar


*peças com deficiência*", publicada no jornal Diário do Pará, edição do dia 05/09/2019. Fez o encaminhamento o vereador Amaury da APPD, assumindo neste ínterim a presidência da Mesa a vereadora Simone Kahwage. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Passou-se depois à leitura do requerimento do vereador Mauro Freitas solicitando a inserção nos Anais da Casa de matéria publicada no jornal O Liberal, edição do dia 08/09/2019, página Política A5, intitulada "Projeto que proíbe o uso de sacolas plásticas avança". Fez o encaminhamento o vereador Mauro Freitas. Posto em votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade. Fez-se depois a leitura e votação do requerimento do vereador Pablo Farah solicitando a realização de uma sessão especial em alusão ao Dia do Profissional Biomédico, sendo este aprovado por unanimidade. Justificaram seus votos os vereadores Pablo Farah e Professora Nilda Paula. Não havendo mais requerimentos inscritos, a presidente encerrou a Primeira Parte da Ordem do Dia e solicitou aos demais parlamentares que fizessem o registro de suas presenças no painel eletrônico. Não havendo quórum, a presidente Simone Kahwage encerrou a sessão às dez horas e trinta minutos, convidando antes os demais vereadores a participar da sessão especial em homenagem ao Dia Municipal do Representante Comercial, a ser realizada neste dia, neste Salão Plenário, às 15 horas. Justificaram suas ausências os vereadores Fernando Carneiro, Dr. Chiquinho e Fabrício Gama. Estava licenciado o vereador Émerson Sampaio. Estiveram presentes os vereadores: Professor Elias, Dr. Elenilson, Mauro Freitas e Rildo Pessoa, pelo bloco DC – Avante – Podemos; Bioco, Marciel Manão e Zeca Pirão, pelo bloco PMN – Solidariedade – Patriota - PR; Lulu das Comunidades, Sargento Silvano e Professora Nilda Paula, pelo bloco PSD - PTC; Celsinho Sabino e José Dinelly, pelo bloco PSC – PPS; Altair Brandão e Amaury da APPD, pelo bloco PC do B – PT; John Wayne e Pablo Farah, pelo bloco MDB – PHS; Gleisson e Igor Andrade, pela bancada do PSB; Nehemias Valentim, Paulo Queiroz e Moa Moraes, pela bancada do PSDB; Enfermeira Nazaré Lima, pela bancada do PSOL; Simone Kahwage, França e Toré Lima, pela bancada do Republicanos. Eu, segundo-secretário, lavrei a presente ata que, depois de aprovada, será assinada pela Mesa Executiva da Câmara Municipal de Belém. Salão Plenário Lameira Bittencourt, Palácio Augusto Meira Filho, dia 01 de outubro de 2019.



1º Secretário



Presidente



2º Secretário